

Serra reserva menos de 0,50% do orçamento para prevenção

Região é o que possui o maior número de mortes por tragédias socioambientais

Gabriel Rattes/CM

Por Leandra Lima

Municípios da Região Serrana reservam menos de 0,50% do orçamento público para investir em Defesa Civil e prevenção de desastres socioambientais. É o que apontam os dados do “Terceiro Relatório de Cidades, Chuvas e Prevenção”, da Frente Parlamentar de Prevenção às Tragédias e Moradia Digna da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). O levantamento também indica que o conjunto serrano possui o maior número de mortes por eventos climáticos extremos.

Segundo o relatório, Nova Friburgo investe 0,053% do orçamento municipal na Secretaria de Defesa Civil. O percentual caiu drasticamente em 2025, passando de 0,25%, aproximadamente R\$ 2.374.958,67 em 2024, para R\$ 537.200,00, valor correspondente à porcentagem atual. Guapimirim é o segundo município que menos reserva recursos, destinando 0,17% da verba municipal para a pasta. No mesmo ano, o montante foi de R\$ 859.099,99. Ambos os municípios não executaram as verbas.

Em 2024, Petrópolis previu investimento de R\$ 3.656.598,22 em ações do órgão de Defesa Civil e preparação para emergências. O valor equivale a 0,25% do orçamento municipal. Desse total, foram liquidados R\$ 1.174.615,99, representando 32,12% da previsão. A maior aplicação foi destinada à “inovação tecnológica para monitoramento contínuo da Defesa Civil”. Já Teresópolis separou 0,41% das contas públicas, cerca de R\$ 3.966.200,00, executando R\$ 2.730.671,75.

Maior taxa de mortalidade

A Região Serrana registra aproximadamente 1.364 mortes em razão de tragédias socioambientais, considerando o período entre 1991



Relatório é da Frente Parlamentar de Prevenção às Tragédias e Moradia Digna da Alerj

e 2024. O conjunto serrano, especialmente Petrópolis (516), Nova Friburgo (432) e Teresópolis (382), protagonizou um dos piores episódios em janeiro de 2011. O desastre foi considerado um dos maiores do Brasil, com cerca de 900 mortes em toda a Serra. Na ocasião, hospitais e outros serviços essenciais foram paralisados devido aos estragos.

Petrópolis, em 2024, liderou o ranking nacional com o maior número de ocorrências de deslizamentos e inundações. O município também carrega, na história recente, grandes episódios que permanecem na memória da população, como o fatídico 15 de fevereiro e 20 de março de 2022. Na ocasião, uma tragédia socioambiental atingiu a cidade, deixando 235 mortos e cerca de quatro mil desabrigados.

O cenário levanta um debate sobre o modelo de “pólis” no qual a região está inserida, já que a maior parte das vítimas vivia em áreas vulneráveis e suscetíveis ao risco.

Além das mortes, o território

registra mais de 60 mil pessoas desalojadas e desabrigadas dentro do mesmo período analisado.

Prevenção ainda frágil

O relatório classifica os municípios quanto à capacidade de lidar com eventos climáticos extremos. As cidades da região já mencionadas situam-se entre alta capacidade e intermediária avançada. No entanto, ainda apresentam fragilidades em programas e políticas sociais voltadas à prevenção e à mitigação de impactos.

Segundo o levantamento, essa limitação está diretamente relacionada ao baixo investimento na pasta, cenário que se repete em todo o Estado do Rio de Janeiro.

“O levantamento realizado nos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro evidencia avanços em políticas de prevenção, mas destaca lacunas significativas que comprometem a resiliência urbana e a segurança das cidades. As mudanças climáticas têm intensificado

a ocorrência de eventos extremos, como enchentes, alagamentos e deslizamentos, afetando diretamente a vida de milhares de pessoas, especialmente nos centros urbanos. A crescente urbanização e a impermeabilização do solo agravam esses problemas, aumentando os riscos de desastres e dificultando a gestão sustentável dos recursos hídricos”, destaca trecho do relatório.

Crise climática

Como observado em contexto nacional e global, a crise climática atinge a todos. Enquanto alguns territórios enfrentam calor extremo, outros são constantemente atingidos por enchentes e eventos severos. Cidades debaixo d’água, deslizamentos, famílias desalojadas e insegurança climática tornaram-se cenas recorrentes, e o questionamento levantado por ativistas sociais é o que fazer para minimizar os impactos para a sociedade.

O Instituto Todos Juntos Ninguém Sozinho (TJNS), que en-

cabeça movimentos com foco no combate ao racismo ambiental e em prol da justiça climática em Petrópolis, levantou o debate sobre o orçamento específico para a pasta após os acontecimentos no Estado de Minas Gerais, em decorrência das fortes chuvas que atingiram os municípios de Juiz de Fora e Ubá entre segunda-feira (23) e terça-feira (24). Ao todo, foram registradas 72 mortes em razão da tragédia socioambiental. As buscas em Juiz de Fora foram encerradas pelo Corpo de Bombeiros após a identificação do corpo de um menino de nove anos que estava entre os escombros no bairro Palmeiras.

O TJNS ressaltou que as chuvas que atingiram a Região Sudeste do Brasil não são um evento isolado, enfatizando a necessidade de estruturação de políticas permanentes de prevenção. “O que deveria ser tratado como prioridade estratégica segue sendo tratado como emergência episódica. A chuva não escolhe onde cair, mas o impacto dela revela escolhas políticas. Quando faltam investimentos em prevenção, o que se vê não é apenas a força da natureza, é negligência. Política climática não é uma pauta abstrata. É planejamento urbano baseado em risco. É orçamento direcionado para adaptação. É integrar ciência, território e proteção social”, enfatizaram em publicação nas redes sociais.

O instituto reforçou ainda que adiar o debate climático é escolher o risco, que impacta diretamente a sociedade vulnerável diante dos acontecimentos. “Negligenciar políticas de adaptação não é falta de informação. É uma escolha. Adiar investimentos é optar por correr riscos conhecidos. Ignorar a ciência é permitir que tragédias anunciadas se repitam”, concluíram.

O Correio Petropolitano questionou os municípios citados e aguarda um posicionamento oficial.

Comércio encerra 2025 com saldo positivo

O comércio de Petrópolis encerrou 2025 com saldo positivo de 222 empregos formais, segundo dados oficiais do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, levantamento do Ministério do Trabalho). No mesmo período, considerando todos os setores da economia, o município registrou a abertura de 559 postos de trabalho. O resultado confirma o peso do varejo na estrutura econômica local: sozinho, o setor respondeu por aproximadamente 40% das novas vagas criadas na cidade.

Apesar do saldo positivo no acumulado do ano, o desempenho foi marcado por forte volatilidade ao longo dos meses. O início de 2025 foi desafiador, com retração em janeiro (-142) e março (-81). A recuperação ganhou fôlego em abril (+92), mas voltou a perder ritmo no meio do ano.

Chamou atenção o desempenho negativo em junho (-55) e julho (-54), meses tradicionalmente associados à alta temporada de turismo na cidade. Para a Câmara de Dirigentes Lojistas de Petrópolis,

o dado indica que o fluxo turístico nem sempre se converte automaticamente em consumo no varejo tradicional. “Junho e julho costumam ser meses importantes para a economia local, mas o comércio enfrentou um cenário de crédito caro e maior cautela do consumidor. O turista veio, mas o ticket médio foi mais contido”, avalia o presidente da CDL, Cláudio Mohammad, indicando a necessidade de estratégias – públicas e privadas – para incremento das vendas. A retomada mais consistente ocorreu a partir de agosto (+150), conso-

lidando-se de forma expressiva em novembro, quando o setor registrou o melhor desempenho do ano: 247 novas vagas formais, impulsionadas pelas contratações temporárias e pela preparação para o Natal.

Na avaliação da entidade, o saldo de 222 postos em 2025 é consistente, sobretudo diante de um ambiente macroeconômico marcado por juros elevados e maior seletividade na concessão de crédito. Ainda assim, a oscilação mensal revela a necessidade de planejamento mais estratégico e ações contínuas de estímulo ao con-

sumo ao longo do ano.

Para 2026, a expectativa é moderadamente otimista. A possível redução da taxa básica de juros pode melhorar as condições de financiamento e estimular compras de maior valor agregado, além de favorecer a recomposição do orçamento das famílias. “O comércio demonstrou resiliência em 2025. Se o cenário de juros começar a se tornar mais favorável, podemos ter um ano de crescimento mais equilibrado, com menos oscilações bruscas entre os meses”, projeta o presidente da CDL.